

# **A IMPLANTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA NECESSIDADE IMEDIATA**

Luana Argenta Pereira<sup>1</sup>, Anelise Cabral de Faria da Silva<sup>2</sup>, Isabel Cristina Lubachevski<sup>3</sup>,

## **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo mostrar a importância de implantar a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas, nos anos iniciais do ensino fundamental. Promovendo a inclusão e o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência, que são público alvo da educação especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é realizado na SRM no contra turno do ensino regular, vem complementar ou suplementar a formação dos alunos com necessidades educacionais especiais. Organizado com equipamentos, recursos pedagógicos, de acessibilidade e profissionais com formação, garante assim a permanência desses alunos no ensino regular, considerando suas necessidades específicas, favorecendo o acesso ao currículo e sua interação social. Desta forma trazem benefícios para todos que participam desse processo de inclusão.

Palavras chaves: inclusão, alunos com deficiência, sala de recursos multifuncionais, Atendimento educacional especializado, educação especial.

## **ABSTRACT**

This article has by objective show the importance of implementing the Multifunctional Resources Room (SRM) at the schools, in the early years of the elementary school. Promoting the inclusion and the development of the learning of the students with deficiency, once they are the target public of the special education, the Specialized Schooling (AEE) realized at the SRM – at the second shift of the regular education – comes to complement or supplement the training of the students with special educational needs. Organized with equipments, teaching resources of acessibility and professionals with training, ensures the permanence of these students at the regular education, considering their specific needs, facilitating the access to the curriculum and their social interaction. This way, bring benefits to everyone that participate of this inclusion process.

Key Words: Inclusion, students with deficiency, multifunctional resources room, specialized schooling, special education.

---

<sup>1</sup>Fonoaudióloga, Pedagoga, Especialista em Educação Especial, Professora Orientadora no Curso de Pedagogia da Faculdade Educacional de Colombo FAEC / INESUL luanaargenta@hotmail.com

<sup>2</sup>Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Educacional de Colombo FAEC/INESUL contatoanelise@hotmail.com

<sup>3</sup> Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade Educacional de Colombo FAEC / INESUL isa\_luba@yahoo.com.br

## **1. INTRODUÇÃO**

Durante muito tempo as pessoas com deficiência foram colocadas às margens da educação: o aluno era atendido separado dos demais ou simplesmente excluído do processo educacional, com base nos padrões de normalidade.

Atualmente esta realidade mudou no Brasil e no mundo, com a opção de uma escola inclusiva. A Declaração de Salamanca (1994) propôs uma educação inclusiva de qualidade a todas as crianças respeitando suas necessidades e aprendizagens únicas.

Com o objetivo de garantir a permanência de todos os alunos sem distinção no ensino regular o Ministério da Educação instituiu Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), onde são realizadas estratégias de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

As salas de recursos multifuncionais tem causado polêmica entre os professores das escolas de ensino regular principalmente porque grande parte delas, ainda utiliza a modalidade de ensino da classe especial. Para melhor entender o processo de como implantar esta modalidade de ensino e analisar se o processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais está sendo realmente efetivo e eficaz, acredita-se que este trabalho seja coerente com a necessidade de compreensão, tanto dos profissionais em educação como à comunidade e a quem interessa.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

A história da educação especial foi caracterizada pelo comportamento da sociedade perante a pessoa com deficiência através das práticas de atendimento exercidas em cada sociedade, principalmente porque a sociedade agia com atitudes negativas.

Em Esparta a sociedade reagia de forma cruel, pois as crianças com deficiência eram tratadas como “sub-humanas” por não terem os “padrões atléticos exigidos”, motivo pelo qual eram eliminadas ou abandonadas (TEZZARI, 2002). “Em Atenas, também havia o costume de manter vivos somente os filhos fortes e com boa saúde”. (SILVA, 2010)

No decorrer da Idade Média, para o “moralismo cristão”, a deficiência era “associada ao pecado”, em consequência disso as pessoas eram escondidas, abandonadas ou condenadas à fogueira.

Outra forma da igreja explicar o nascimento de pessoas com deficiência era que tais pessoas seriam instrumentos de Deus, para que os homens através deles tivessem a oportunidade de serem caridosos e obterem salvação. (BIANCHETT, 2001)

A sociedade ao mesmo tempo em que “aceitava caritativamente” a pessoa com deficiência, outrora era preconceituosa e a favor da “eliminação” de tais pessoas; foram estas dificuldades enfrentadas que marcaram a história da pessoa com deficiência (TEZZARI, 2001).

No período de 1842 a 1918 o ensino tornou-se obrigatório, entretanto as pessoas com deficiência eram educadas em escolas especiais. Entre o final do século XIX até a década de 1950 surgiu uma tendência específica, a criação de Escolas Comuns públicas.

Com o aumento das escolas públicas comuns, aumentaram às escolas especiais destinadas as crianças “menos favorecidas” como os negros, índios e deficientes. Consequentemente surge a necessidade de professores especializados em educação especial.

Em 1896 inicia-se nos EUA a primeira Classe Especial para deficientes cognitivos. Em 1950 a 1960 os alunos com deficiência preferiam estudar em Classe Especial. Nesse momento surgem mudanças no atendimento público à pessoas com deficiência.

Por volta de 1950 pais de crianças com deficiência mental começaram a se organizar a fim de buscar atendimento público para seus filhos, surgiu então a National Association Rearded Children (NARC), organização que influenciou vários países e inspirou as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) no Brasil.

Um acontecimento importante foi a declaração de Salamanca através de assembleia realizada em Salamanca, na Espanha entre 07 e 10 de junho de 1994, onde declarou que a pessoa com necessidade educacional especial deve ter acesso a escola de ensino regular, através de uma pedagogia capaz de satisfazer as necessidades destes alunos. Foi a partir desta declaração que o Brasil adotou a política da educação inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394 de 20 de dezembro de 1996, Cap. V, Art. 58,59 e 60 reafirma que a Educação Especial deverá ser realizada preferencialmente na rede regular de ensino aos educandos com necessidades educacionais especiais.

Como manter a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais sem “homogeneizar” as salas onde estes alunos estão matriculados, de forma que eles não sejam excluídos e ou repetentes ao longo de sua carreira acadêmica consequentemente acarretando

sua evasão? “O Atendimento Educacional Especializado dá essa garantia, pois reconhece e atende as particularidades desse aluno com necessidades educativas especiais em uma Sala de Recursos Multifuncionais” (SANTOS 2011).

Segundo ALVES (2006) “é multifuncional em virtude de sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com a necessidade de cada contexto educacional”.

Entretanto a inclusão continua sendo um desafio para as escolas, porque não é uma tarefa simples, principalmente pelo fato de que cada aluno possui particularidades e necessita de suportes diferentes, onde a escola precisa reestruturar recursos humanos e materiais.

Inclusão aqui, quer dizer que os estudantes não se encontram inclusos...

*...só dentro da escola, mas também que se encontram integrados em todas as atividades escolares que possam ocorrer fora do seu espaço, ou seja, envolvem um conjunto de processos intermináveis e constantemente renovados que incluem os projetos de inovação e desenvolvimento da escola. (STOBÁUS e MOSQUERA, 2012)*

Na busca de melhorias para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e garantir a permanência na classe comum de ensino o Ministério da Educação (MEC) criou a Resolução N° 4, de 1° de outubro de 2009, onde: Instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

No Art. 5°, percebe-se que “O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivas as classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias”.

A Sala de Recursos Multifuncionais é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento as necessidades educacionais especiais. (ALVES, 2006)

Quando um município opta por fechar a classe especial e implantar a SRM, o MEC disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento educacional especializado (AEE).

Segundo o Decreto 6571/2008

*1° Art. 1o A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.*

A implantação da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) nas escolas públicas de ensino regular tem como objetivo complementar ou suplementar o currículo dos alunos com necessidades educacionais especiais através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), centradas em um novo fazer pedagógico de forma a contribuir para a aprendizagem, favorecer seu acesso ao conhecimento e também promover a inclusão escolar e social. É fundamental que medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena. (BRASÍLIA, 2007)

De acordo com as necessidades individuais desses alunos é elaborado um Plano de Ensino Individualizado (PEI), com um olhar amplo sobre o aluno, sobre seu histórico de vida, suas habilidades e limitações no processo de aprendizagem.

Segundo DAMASCENO e PLETSCHE (2011) os PEIs consistem em uma estratégia para favorecer o atendimento educacional especializado, cujo objetivo é elaborar e implementar, gradativamente, programas individualizados de desenvolvimento escolar.

É necessário compreender que o professor da SRM, não atua como reforçador escolar, seu papel vai além, pois de forma criativa e inovadora irá buscar atividades, recursos e estratégias que estimulem o aprendizado do aluno, desenvolvendo e aplicando técnicas voltadas para atender as necessidades especiais de cada indivíduo para dar suporte ao seu desenvolvimento e subsídio à sua vida escolar; estará também mantendo contato e dando suporte ao professor da sala de ensino regular, para que juntos façam adaptações e utilizem recursos favoráveis que promovam a participação dos alunos em todos os ambientes escolares.

Segundo SILVA (2010) “professores de turmas regulares precisam de uma visão sobre o trabalho com a diversidade, desenvolvendo seu trabalho geral centrado no aluno, com as pedagogias ativas e conhecendo procedimentos específicos básicos em relação ao estudante com necessidades específicas”.

De acordo com STOBÁUS e MOSQUERA (2012) “colocar crianças e jovens com NEEs em escolas ou classes regulares não basta, pois vai ser necessário implementar modificações na gestão, na organização, no equipamento, nos suplementos multiterapêuticos e, sobretudo, nas atitudes”

O professor que trabalha na SRM precisa ser graduado e realizar cursos na área da educação especial para estar bem atualizado. Segundo DAMASCENO e PLETSCHE (2010) “o governo vem oferecendo cursos de formação à distância, qualificando profissionais para atuarem no AEE”.

Como todos os ambientes escolares precisam de organização, é de responsabilidade do professor da SRM organizar o cronograma e horário de atendimento de acordo com a necessidade de cada aluno: conforme a resolução nº4, de 1º de outubro de 2009. Art. 4º considera-se público alvo do AEE na SRM os alunos com deficiência, aqueles que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtorno global do desenvolvimento (que apresentam alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais na comunicação ou estereotípias motoras) incluem-se os alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, psicoses e transtornos invasivos; e alunos com altas habilidades / superdotação que possuem o potencial elevado. Para atender alunos cegos e surdos, por exemplo, e preciso professores com formação que o habilitem para atuar nessa área da educação especial como o ensino de LIBRAS e o sistema BRAILLE para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos, proporcionando uma educação de qualidade a todos.

Segundo ALVES (2006)

*esses alunos que muitas vezes, não tem encontrado respostas as suas necessidades educacionais especiais no sistema de ensino poderão ser beneficiados com os recursos de acessibilidade por meio de ajudas técnicas e de tecnologias assistivas, utilização de linguagens e códigos aplicáveis e pela abordagem pedagógica que possibilite seu acesso ao currículo.*

Essas ajudas técnicas e tecnologias assistivas são recursos, serviços e estratégias que contribuem para o desenvolvimento da aprendizagem e qualidade de vida, promovendo a acessibilidade, visando a autonomia funcional dos alunos com necessidades educacionais especiais, atendendo o que é específico do aluno, ampliando suas habilidades no processo de aprendizagem e inclusão, reduzindo as limitações decorrentes da deficiência, favorecendo sua participação nas atividades do cotidiano escolar, desenvolvendo suas potencialidades, por exemplo, através da comunicação alternativa, materiais pedagógicos acessíveis, recursos de acessibilidade ao computador e outros.

Não existe uma única forma de aprender e uma única forma de ensinar, mas o bom aprendizado segundo VYGOTSKY (1989) é aquele que envolve sempre a interação com outros indivíduos e a interferência direta ou indireta deles, e principalmente o respeito ao modo de cada um aprender.

Os objetivos do atendimento educacional especializado que constam no Artigo 2º do Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008 são

*I- prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no Artigo 1º3;*  
*II- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;*

III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e  
 IV- assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Além dos benefícios que a sala de recursos multifuncionais oferece aos alunos nela matriculados, a escola também recebe recursos em duplicidade, porque o aluno que frequenta a SRM é contabilizado em duplicidade, no FUNDEB ao estar matriculado na classe comum e na sala de recursos multifuncionais.

Os recursos materiais disponibilizados para escola que incorpora em seu projeto político pedagógico a SRM segue em duas tabelas: as salas do tipo I e as salas do tipo II, que difere da primeira por incluir os materiais para atender alunos com deficiência visual.

#### Especificação dos itens da Sala Tipo I:

<b>Equipamentos</b>	<b>Materiais Didático/Pedagógico</b>
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colmeia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - sequencia lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Ideias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

#### Especificação dos itens da Sala Tipo II:

A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme abaixo:
<b>Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico</b>
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico

### 3. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica e pesquisa de Campo na região Metropolitana de Curitiba, em escolas onde já existem as Salas de Recursos Multifuncionais.

Realizou-se também entrevista com a Secretária de Educação Especial, para complementação do assunto.

Segundo GIL (2008)

*os estudos de campo apresentam muitas semelhanças com os levantamentos. Distinguem-se destes, porém, em relação principalmente a dois aspectos. Primeiramente, os levantamentos procuram ser representativos de um universo definido e fornecer resultados caracterizados pela precisão estatística. Já os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.*

As pesquisas realizadas foram de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho, levando em consideração que o assunto tratado é atual e existem poucas referências teóricas que abordem especificamente as salas de recursos multifuncionais.

A pesquisa de campo foi realizada com os professores das SRM, através de um questionário contendo as seguintes perguntas:

1) Qual a importância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) para a escola e alunos?

2) A SRM auxilia no desenvolvimento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais?

Sim

Não

3) Qual a maior dificuldade encontrada na SRM?

4) Os alunos que frequentam as SRM são incluídos em todos os ambientes da escola?

Sim

Não



- 5) Os pais e a comunidade aceitaram as mudanças e colaboram com o atendimento as crianças?
- 6) Ao receber atendimento na SRM o aluno é preparado para a inclusão social?  
 Sim  Não
- 7) Há materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos suficientes para atender os alunos das SRM?  
 Sim  Não
- 8) O professor da SRM tem contato com o professor da classe comum de ensino?  
 Sim  Não
- 9) Quantas crianças são atendidas na SRM e como são organizados os horários dos atendimentos?
- 10) Como são avaliados os alunos que frequentam a SRM?

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Ao analisar as respostas obtidas na questão número 1, que se refere à importância da sala de recursos multifuncionais, percebeu-se que os entrevistados afirmam ser importante para complementar ou suplementar a sala de ensino regular, dando apoio ao professor para melhorar o desenvolvimento cognitivo dos alunos e eliminar barreiras, principalmente porque em alguns casos os alunos estavam aproximadamente cinco anos na classe especial e não obtinham resultados significativos e na SRM em 1 ano já estavam lendo palavras simples.

Na 2ª pergunta 100% dos entrevistados responderam que a SRM auxilia no desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais especiais, com um olhar amplo; dentro da escola há um plano individual para cada aluno, trabalhando suas dificuldades para mostrar o seu potencial, que ele é capaz e que seja visto como aluno e não só como inclusão.

As maiores dificuldades encontradas nas SRM segundo a 3ª pergunta são: o apoio de algumas famílias, o contato com especialistas que a criança necessita, a interação, o

preconceito de alguns alunos e professores do ensino regular e o tempo de duração de algumas aulas, dependendo da necessidade de cada aluno.

Na questão 4 ao perguntar aos entrevistados se os alunos que frequentam a SRM são incluídos em todos os ambientes da escola, 100% responderam que sim.

Em relação à aceitação dos pais e comunidade na questão 5, foi respondido que alguns colaboram outros não, mas a maioria se preocupa e quer ajudar, porém cada família reage de forma diferente. Foi falado da “importância do apoio dos pais, da família, a aceitação, o incentivar essa criança, elogiar e não olhar só o que ela não consegue fazer mais sim o seu esforço em tentar, e ajudar em suas dificuldades”.

Na questão 6, em relação ao atendimento na SRM se o aluno é preparado para a inclusão social, 100% dos entrevistados responderam sim.

Ao analisar a questão sete, 100% dos entrevistados responderam que há materiais didáticos, pedagógicos e equipamentos suficientes para atender os alunos matriculados nas SRMs.

Na questão oito, 100% dos professores da SRM responderam que tem contato com o professor da classe comum, ressaltando que 33% complementaram ter contato apenas uma vez ao mês.

Na questão nove foi respondido que são atendidos entre 9 a 19 alunos por SRM em cada escola, individualmente ou em grupo, conforme a necessidade, uma ou duas vezes por semana no contra turno, cada aula dura em média de 1 hora a 1 hora e 30 minutos.

A avaliação dos alunos que frequentam SRM segundo a questão 10 é realizada através de relatórios semestrais, contendo o que o aluno avançou, desenvolveu e o que falta trabalhar para ele ter um melhor aprendizado.

Além das questões apresentadas observou-se que as professoras são comprometidas e colaboram umas com as outras trocando ideias e compartilhando suas dificuldades e avanços, percebeu-se que este contato e as trocas de experiências tem contribuído para que os alunos obtenham melhor desenvolvimento.

Observou-se também que a secretária de educação do município oferece apoio aos professores, garantindo a qualificação necessária e disponibilizando recursos financeiros (que não são poucos) para garantir a qualidade do ensino, além da oferta de transporte escolar para todas as crianças da SRM que não moram próximas da escola.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluiu-se que implantar a SRM ajuda na aprendizagem e na inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais desde que tenha os recursos, materiais, mobiliários necessários e professores especializados para atender as necessidades educacionais apresentadas pelos alunos, através de atendimentos individuais ou em pequenos grupos conforme a necessidade de cada aluno, e que também haja a participação dos pais, favorecendo assim o processo de aprendizagem e inclusão educacional.

Todos tem direito a escolarização para pleno desenvolvimento, exercer sua cidadania e preparar-se para o trabalho; entretanto a educação inclusiva é um grande desafio, a sociedade precisa se conscientizar de que transformar a inclusão não é uma mera exigência, mas como um compromisso inadiável com a cidadania.

Grande parte das escolas ainda está longe da proposta ideal, pois ainda há uma resistência em receber os alunos com deficiência, muitos não percebem que permitir que a criança com deficiência permaneça na classe especial, ela continuará excluída, entretanto há casos que precisam ser avaliadas as condições da criança para preservar sua integridade.

Espera-se que a sociedade faça a sua parte para que o projeto de inclusão deixe de ser um sonho para poucos e torne-se uma realidade para muitos. Acredita-se que é necessário conscientizar os professores de que melhorias na qualidade do ensino aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser realizadas para que o sucesso deles aconteça.

## **6. REFERÊNCIAS**

ALVES, Denise de Oliveira. Sala de Recursos Multifuncionais Espaço para Atendimento Educacional Especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Páginas 7 a 22.

BIANCHETTI, LUCÍDIO, Ida Mara Freire. Um olhar sobre a diferença. 7º edição. Campinas São Paulo: Editora Papiros, 2001. Página 33.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB Passo a Passo. 3º edição atualizada. Editora Avercamp, São Paulo, 2007. Páginas 129 a 134.

BRASIL. Ministério da Educação. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. [www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec-def.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec-def.pdf). Brasília, setembro, 2007, página 29. Acessado em 12 de maio de 2013.

DAMASCENO, Allan e PLETSCHE, Márcia Denise (organizadores). Educação Especial e Inclusão Escolar: Reflexões sobre o fazer pedagógico. Ed. da UFRRJ, 2011. Seropédica, RJ. Páginas 23 a 31.

MOSQUERA, Juan Jose Mouriño e STOBBAUS. Educação Especial: em direção a educação inclusiva. 4. ed.rev.e ampl, EDIPUCRS, Porto Alegre 2012.

SANTOS, Maria Alcimária Bezerra, Implementação das Salas de Recursos no Ensino Inclusivo no Brasil. Brasília, 2011.

SILVA, Aline Maira da, Educação e Inclusão Escolar História e Fundamentos. 1ª edição, Editora IBPEX, Curitiba, 2010.

TEZZARI, Mauren Lucia, A SRI Chegou... Sala de Recursos e a Inclusão na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, 2002. Páginas 17 a 29.

VIGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. Lisboa: Antídoto. 1979.

<http://aeesaladerecursos.blogspot.com/...plano-de-ensino-individualizado-pei..>

[www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf)